

MOSAICO **inform**⁴¹

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



70 ANOS

Declaração Universal dos Direitos Humanos



Informando - Pág. 04
GRUPOS LOCAIS DO MOSAICO



Estórias da história - Pág. 08
DECLARADA HÁ 70 ANOS



Entrevista - Pág. 14
ARNOLD TSUNGA



MOSAIKO **inForm**

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

MOSAIKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 7405000860

Nº DE REGISTO: MCS - 492/B/2008

DIREÇÃO

Júlio Candeeiro, op
Pedro Ouana, op

SUPERVISÃO

Sílvia Cristina

REDACÇÃO

António Gongá
Deonilde da Graça

FOTOGRAFIA DE CAPA

Sandra Prado

COLABORADORES

Guilherme Santos
Mandele Rocha

ARTE GRÁFICA

André M. Cupessala
Gabriel Kahenjengo

RE-DESIGN

André Cupessala

CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana

TM: (00244) 990 775 815

TM: (00244) 929 775 815

Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola

E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org

www.mosaiko.op.org

www.facebook.com/MosaikoAngola

IMPRESSÃO

Damer Gráficas SA - Luanda

TIRAGEM: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

COM O APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance

índice

MOSAIKO INFORM N° 41 - DEZEMBRO 2018

TEMA: 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- PÁG. 03 *editorial*
Direitos Humanos em todos os tempos e lugares
- PÁG. 04 *informando*
Defender e promover localmente os Direitos Humanos
- PÁG. 08 *estórias da história*
Declarado há 70 anos
- PÁG. 09 *figura em destaque*
Filipe Pedro Cândido
- PÁG. 10 *construindo*
Construir Direitos Humanos
- PÁG. 14 *entrevista*
Arnold Tsunga
- PÁG. 18 *reflectindo*
Declaração Universal dos Direitos Humanos com força de lei
- PÁG. 20 *breves*
70 anos da DUDH no Mosaiko

“

QUEM NÃO TEM UMA CAUSA PELA QUAL MORRER, NÃO TEM MOTIVO PARA VIVER”

Martin Luther King, Jr.



editorial

Direitos Humanos em todos os tempos e lugares

Júlio Gonçalves Candeeiro, *op*
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

Estimado leitor/a

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) continua um sonho nobre, mas ainda longe de se tornar realidade. E, desde a sua aprovação, a 10 de Dezembro de 1948, tornou-se uma matriz inspiradora de homens e mulheres que dedicaram as suas vidas à causa do reconhecimento da dignidade de todos os povos.

Sendo um instrumento universal, o principal desafio aos direitos humanos está ligado à sua conceptualização e filosofia, mas também, ao seu acolhimento e efectivação pelos Estados parte. Hoje, a maioria dos países é signatária da DUDH e de outros dois importantes pactos: o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais.

O acolhimento dos Direitos Humanos (DH) pelo mundo fora, em especial em África, nem sempre foi pacífico, pois são muitas as vozes que se negam a reconhecer a aplicabilidade dos DH no continente, sob o argumento de que são ocidentais e de matriz cristã. E isto, tem servido para justificar abusos e violações de Direitos por parte de vários Estados e líderes políticos africanos, contrariando o que a própria

DUDH diz, ao afirmar que ninguém e em lugar algum, deve ser privado/a dos direitos plasmados na DUDH.

Felizmente, existem no mundo, incluindo em África, associações, homens e mulheres cuja vida é dedicada à promoção e defesa dos DH. O Mosaiko Inform entrevistou Arnold Tsunga, um homem que tendo sido vítima de violação dos seus direitos na sua terra natal, Zimbabwe, decidiu dedicar a sua vida à luta pelos Direitos Humanos em África e falamos dos desafios de combinar profissionalismo e paixão na defesa dos Direitos Humanos.

Tal como Arnold, Filipe Cândido e outros defensores/as materializam o princípio de que, a promoção dos direitos deve ser um compromisso pessoal e objecto específico de colaboração internacional entre países.

Por isso, acreditamos que a promoção e defesa dos Direitos Humanos é um trabalho de todas as pessoas e deve ser feito com paixão, pois a nossa sobrevivência, como criaturas, está intimamente ligada ao reconhecimento da nossa humanidade comum.

Boa leitura!



Exemplares disponíveis, ligue para **929 775 815** e adquira o seu

www.mosaiko.op.org

informando

DEFENDER E PROMOVER LOCALMENTE OS DIREITOS HUMANOS

Centenas de Angolanos e Angolanas estão hoje capacitados para promover e defender os direitos humanos no Capelongo, Dondo, Ambaca, Lucala, Chipindo ou Chamutete...

Os Direitos Humanos exigem um trabalho abnegado para a construção da paz social e da dignidade humana e com este compromisso, 25 grupos locais foram formados em 11 províncias de Angola e são assistidos metodológica e juridicamente pelo Mosaiko| Instituto para a Cidadania.

O Subnúcleo de Direitos Humanos do Capelongo (SDHC), por exemplo, promove a formação sobre Direitos Humanos, desde 2012, acompanha, encaminha e medeia casos de conflitos nesta comuna do município da Matala, na província da Huíla.

De acordo com a administração local, no Capelongo há cerca de 50 mil pessoas e oito mil famílias que se dedicam, maioritariamente, à pastorícia e à agricultura.

Os 25 membros que compõem o Subnúcleo, entre os quais, seis mulheres, intervêm em vários sectores da comuna, de acordo com as localidades onde os membros residem. O mais distante é do Maculungungo, a 30 quilómetros da sede comunal e o mais próximo, Algês, a dois quilómetros. Mas os trabalhos do grupo ultrapassam as fronteiras do território comunal, chegando mesmo a intervir nas comunas vizinhas do Micosse e Mulondo (a 120 quilómetros), onde residem alguns representantes do Subnúcleo.

Os jovens também são uma expressão na promoção e defesa dos Direitos Humanos naquele território da província da Huíla. Embora o número ainda não satisfaça os anseios dos membros, já que o Subnúcleo possui apenas quatro jovens: três homens e uma mulher.



“O que nós não queremos é ver prejudicados os direitos das pessoas e do povo”, afirmou Nelito Longuia, membro do grupo há três anos. “O problema que eu não consigo mediar, vou partilhar com o grupo para ajudar a resolver”, reforçou o jovem.

Através de reuniões ordinárias, que têm lugar no quarto sábado de cada mês, às 15 horas, os membros do Subnúcleo partilham os trabalhos que cada um realiza na sua localidade,



Capelongo | © Arquivo Mosaiko

analisam os casos, definem actividades junto das comunidades, assim como, reflectem sobre metodologias de intervenção.

“Geralmente, as nossas reuniões têm uma hora de duração, porque contamos com o regresso dos que vivem distante, mas às vezes, dependendo da conversa, chegamos a mais de uma hora”, confessou Maria Eduarda Baptista, coordenadora interina do Subnúcleo, em substituição de Manuel Moneinga, in-

“O que nós não queremos é ver prejudicados os direitos das pessoas e do povo... O problema que eu não consigo mediar, vou partilhar com o grupo para ajudar a resolver”

capacitado há três anos por motivo de doença. “Ele continua a ser o coordenador, só estou aqui [no cargo] até que ele se recupere e volte a trabalhar conosco”, realçou Maria Baptista, que já participou, em representação do Subnúcleo, na Formação Jurídica Básica, realizada em Luanda, em Maio de 2017, na Formação sobre Educação Cívica Eleitoral, em Junho de 2017, na Matala e noutras cinco formações que o Mosaiko facilitou no Capelongo.

Na direcção do grupo também estão: José Francisco, Armando Chivando e o jovem Nelito Longuia, juntos realizam encontros paralelos de preparação das reuniões ordinárias e extraordinárias e orientam os restantes membros na concretização dos objectivos do grupo.

Algo maior que o dinheiro

O comprometimento do grupo nas questões que afectam as comunidades é notável entre as pessoas que participam e têm acompanhado o trabalho do Subnúcleo.

Inês Evaristo é gestora da Escola Primária n° 862, no Capelongo e ressaltou o empenho do grupo na construção da paz entre as famílias da comuna. “o grupo de Direitos Humanos tem ajudado a melhorar o comportamento dos moradores da comunidade, principalmente nos casos de conflito. Antes do aparecimento do grupo, havia muitos conflitos, mas agora não é tanto assim”, afirmou.

Ângelo Ulombe participou, pela primeira vez, numa formação organizada pelo SDHC em Dezembro de 2018, sobre Autarquias Locais, mas revelou acompanhar o trabalho do grupo há anos. “Já foram às escolas da comuna dar palestras, inclusive na escola 17 de Setembro, onde eu trabalho e falaram sobre os Direitos das Crianças”, recordou.

informando

DEFENDER LOCALMENTE OS DH

O professor do 1º ciclo disse ainda que “desde a existência desse grupo na comuna, houve algum desenvolvimento na parte juvenil e na parte idosa. As famílias já estão mais esclarecidas. Diminui a violência doméstica e a violência contra os menores”.

“Achamos que o nosso trabalho é do melhor, porque não ganhamos nada, mas a experiência, o conhecimento e salvar as pessoas que estão a sofrer é maior do que o dinheiro”, sustentou Fernando Naufila, co-fundador do Subnúcleo.

Subnúcleo aposta na capacitação

Entre as actividades regulares do grupo local, consta a realização de palestras nas igrejas, escolas e praças sobre Direitos Humanos, com foco para os assuntos mais incidentes naquela localidade: violência doméstica, roubo de gado, acusação de feitiçaria e conflitos de terra. Além disso são organizadas formações sobre Direitos Humanos que contam com a facilitação do Mosaiko.

Nestas formações, são convidados a participar os moradores das comunas em que intervem o Subnúcleo, membros de partidos políticos, autoridades tradicionais, religiosas e representantes das administrações comunais.

“Não ganhamos nada, mas a experiência, o conhecimento e salvar as pessoas que estão a sofrer é maior do que o dinheiro”

“Solicitamos a sociedade civil a participar mais junto da administração local, porque só podemos trabalhar devidamente quando há esse entrosamento. Não apenas criticar, mas também apresentar propostas para melhorarmos a nossa forma de trabalho. E os formandos tirem desta formação conhecimentos que poderão servir para o futuro e que poderão ajudar-nos a melhorar a nossa forma de trabalho”, sublinhou o administrador-adjunto da Comuna do Capelongo, na sessão de abertura da Formação sobre Direitos Humanos e Autarquias Locais, organizada pelo Subnúcleo, com facilitação do Mosaiko, em Dezembro de 2018.

Se antes as autoridades locais não aceitavam este trabalho, agora “a administração do Estado entende o nosso trabalho”, referiu a coordenadora interina, que é carinhosamente chamada por “Tia Ninita” na comunidade e entre os membros do grupo.

Acompanhamento e mediação de conflitos

Adstricto ao Núcleo de Direitos Humanos da Matala, o Subnúcleo do Capelongo tem vindo a ser solicitado cada vez mais por quem reside na comuna e fora dela para ajudar na resolução de conflitos.

Com mais de 40 casos de conflitos acompanhados, mediados e/ou encaminhados, o grupo tem estado a crescer organizacionalmente e a tornar-se referência em questões de Direitos Humanos na Comuna, como realça a sua coordenadora Maria Eduarda Baptista.

A violência doméstica, conflitos de terra, violência contra os menores e entre vizinhos são os casos mais comuns acompanhados pelo SDHC.



Ujige | © Arquivo Mosaiko

Ferramentas de trabalho

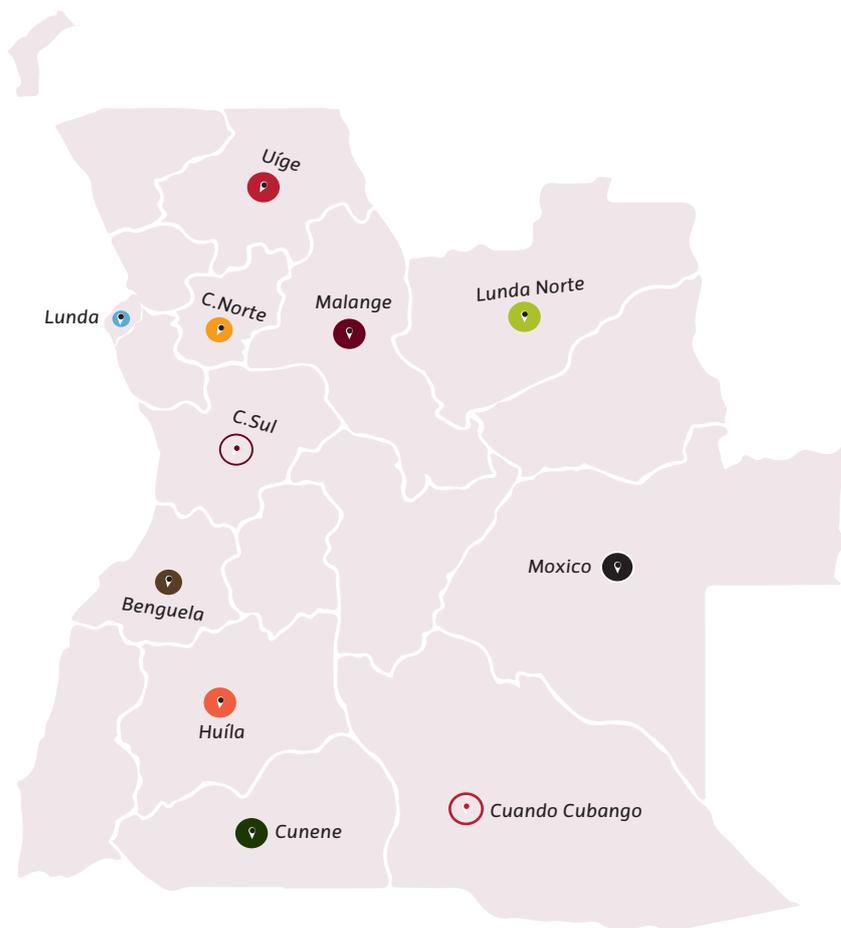
Para sustentar legalmente os seus trabalhos, nas suas intervenções, o SDHC fundamenta as suas intervenções, usando: a Constituição da República; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Lei de Terras; Lei sobre a Violência Doméstica; Código de Família; e pontualmente, a Lei da Prisão Preventiva; o livro “O Cidadão e a Política”, editado nas línguas Umbundu e Nyaneka pelo Mosaiko.

Segundo os membros, estes documentos são usados tanto para as formações e palestras que facilitam nas comunidades como também, nos casos de resolução de conflitos.

Necessidades e desafios do Subnúcleo

Além do trabalho elogiado pela população, o grupo enfrenta algumas dificuldades, como: a falta de meios de transporte para os membros se deslocarem até aos sectores mais distantes para a resolução de conflitos ou para facilitar formações; a necessidade de um computador e impressora para informatizar os seus documentos mais importantes; e a necessidade de passes de identificação para os membros.

O Subnúcleo de Direitos Humanos do Capelongo desafia-se também a tornar-se um núcleo independente e ter um estatuto próprio, pois, em certas questões administrativas, depende do Núcleo de Direitos Humanos da Matala. ●



Grupos Locais de Direitos Humanos assessorados pelo Mosaiko | Instituto para a cidadania

<ul style="list-style-type: none"> ● Cazengo; Samba-Cajú; Lucala; Ambaca; Kikulungo; Cambambe ● Matala; Jamba ● Uíge ● Quela ● Benguela; Cubal; Balombo; Ganda ● Cuanhama ● Dundo; Cambulo; Cuango; ● Cazengo ● Moxico ● Gabela- Amboim ● Mavinga 	<ul style="list-style-type: none"> Subcomissão mista de DH Lucala Subcomissão mista de DH Ambaca Subcomissão mista de DH Kikulungo Subcomissão mista de DH Cambambe Subcomissão mista de DH Samba Cajú Subcomissão mista de DH do K.Norte Núcleo de DH da Matala; Subnúcleo de DH do Capelongo; Subnúcleo DH Capolowela. Núcleo de DH da Jamba; Subnúcleo DH Dongo Associação Verdade Justiça e Paz; Grupo de DH da Cáritas. Núcleo de DH do Quela Grupo Comunitário da Graça; Associação YOVE; Subnúcleo dinamizador de DH da Ganda; Núcleo dinamizador de DH da Cubal. Associação ame naame omuno Comissão Diocesana Justiça e Paz do Dundo Comissão Paroquial Justiça e Paz do Cuango Comissão Paroquial Justiça e Paz do Cambulo Comissão Paroquial Justiça e Paz do Cafunfo Associação Mulher Raiz da Vida Núcleo de DH da Escola Teresiana Comissão Paroquial Justiça Paz da Gabela Núcleo de Defensores dos Direitos Humanos em Mavinga
--	---

Texto: *António Gongga*

estórias da história

DECLARADA HÁ 70 ANOS

A Segunda Guerra Mundial começou em 1939 e teve fim a 7 de Maio de 1945, precisamente quando chefes militares alemães assinaram a acta de rendição e capitulação geral da Alemanha.

Anunciada a derrota do fascismo nazi, contaram-se mais de 50 milhões de mortos, milhares exterminados em campos de concentração. De África, na altura,

A 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adoptada pelos 56 membros da ONU que passaram a ter em conta os seus 30 artigos que detalham direitos fundamentais de índole civil, cultural, económica, política e social.

“Precisamos inscrever os direitos humanos nos corações dos povos para que estes direitos lhes dêem dignidade e o sentido de que são seres humanos que

podem andar de cabeça erguida e olhar nos olhos de todos os Homens”, destacou, Eleanor Roosevelt que presidiu a comissão que criou a DUDH, juntamente com John Peters Humphrey (Canadá), Rene Cassin (França), P.C. Chang (China) e Charles Malik (Líbano).

A DUDH influenciou 191 constituições de nações-membro da ONU, alcançou o estatuto de lei internacional consuetudinária, inspirou pensamentos e acções de luta contra a segregação racial e mecanismos que precipitaram a descolonização.



▼ Eleanor Roosevelt segura uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos | ©www.kuer.org

maioritariamente colonizada, foram recrutados mais de meio milhão de soldados e operários. E agora, terminada a guerra, era preciso construir um paradigma que inviabilizasse o horror, a barbárie e a subjugação dos povos.

Dirigentes dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, China e a União Soviética lideraram várias conferências (Moscovo, Teerão, Crimeia, Dumbarton Oaks, São Francisco de 1942-1945) onde foram estabelecidas as bases para a paz mundial, assim como, a Carta e os fundamentos da Organização das Nações Unidas (ONU).

“O ideal comum pelo qual todos os povos e nações devem esforçar-se para alcançar”, nasceu na Comissão de Direitos Humanos encarregue de criar um documento que “traduzisse o sentido dos direitos e liberdades fundamentais proclamados na Carta das Nações Unidas”.

Em 1951, o Congresso dos Direitos Civis fundamentou-se na Convenção da ONU sobre Prevenção e Punição de Genocídio para apresentar na conferência da ONU, em Paris, o documento: “Acusamos de Genocídio: O crime do governo contra o povo negro”.

Fonte: “ABC de las Naciones Unidas” e “Direitos Humanos Aqui e Agora” da Biblioteca Mosaiko



▼ Paris | Convenção do genocídio ratificada por mais de 20 países em 1950

*figura em destaque***FILIPPE P. CÂNDIDO****“É preciso ser... comprometido”**

Assessor dos Grupos Locais de Direitos Humanos



Fotografia: ©André Cupessala

“Os Direitos Humanos não são um favor, nem um acto de caridade”

Aos 24 anos, já chegou mais longe que a maioria dos jovens da sua idade. Andou por várias zonas recônditas do país, conheceu pessoas, histórias e realidades que moldaram o seu carácter e a forma como hoje, encara a profissão.

Nascido em Luanda, em Janeiro de 1995, Filipe Pedro Cândido soube, desde muito cedo, o que queria fazer: Ser defensor de Direitos Humanos (DH). Ainda a finalizar o curso médio de Educadores Sociais, no Instituto de Ciências Religiosas de Angola – ICRA, estagiou em 2016 e trabalhou com comunidades rurais na inclusão social da mulher no direito ao acesso e posse de terras, na província do Huambo, no município do Cachiungo.

“Confesso que naquela altura ainda não tinha experiência suficiente para trabalhar nesta temática, mas graças à experiência e paciência dos técnicos da Development Workshop (DW-Huambo), consegui um óptimo resultado. Em seis meses, 100 mulheres daquele município que não tinham acesso e posse de terras, passaram a ter”, revelou.

No final do estágio, Filipe Pedro voluntariou-se para trabalhar no **Mosaiko** | Instituto para a Cidadania, em Viana, Luanda. Dois meses depois, a direcção desafiou-o a exercer a função de assessor de Grupos Locais de DH e voltou à ruralidade angolana, como também, ao trabalho de decrescer os índices de violência contra a dignidade humana, desvalorização da vida e desigualdade de oportunidades.

No início, os pais ficaram apreensivos, mas rapidamente constataram que assumia as suas funções com seriedade e responsabilidade. Num contexto em

que o Estado, ainda olha para o defensor de DH como inimigo e, por isso, é perseguido, ameaçado e excluído, Filipe Pedro considera que é preciso “ser forte, comprometido e persistente nesta causa de ajudar as pessoas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento”.

Por estas e outras razões, o jovem assessor sabe que não fez a escolha comum nem a mais fácil, contudo esforça-se porque acredita que “é necessário que haja trabalho sério, reconhecimento e respeito pelas pessoas que diariamente lutam pela promoção e defesa da dignidade da pessoa humana”.

“Os Direitos Humanos não são um favor, nem meramente, um acto de caridade ou um prémio concedido a quem se comporta bem, mas sim, direitos

“É preciso ajudar as pessoas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento”.

inerentes à pessoa pelo facto de ser pessoa. Direitos estes que devem ser reconhecidos e respeitados pelos seus semelhantes e pelo Estado, em qualquer circunstância”, sublinhou. ●

Texto: *Mandele Rocha*

construindo

“CONSTRUIR” DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA



Os fazedores dos Direitos Humanos (DH) no país, num contexto em que, não raras vezes, DH é sinónimo de ameaça.

A terminologia entrou, oficialmente, após a independência e formalizou-se, quando a 22 de Abril de 1976, o Governo de Angola declarou acatar “todas as obrigações contidas na carta das Nações Unidas e solenemente compromete-se a cumpri-las”, lê-se na declaração assinada pelo Presidente Agostinho Neto. Em Dezembro, desse mesmo ano, Angola foi aceite como membro das Nações Unidas.

Desde então, os DH foram observados na Constituição da República de 1992 e na última versão, em 2010 e que está em vigor, especifica que “os Direitos Fundamentais devem ser interpretados e integrados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e os tratados internacionais sobre a matéria, ractificados pela República de Angola”, lê-se no Artigo 26 da Constituição da República de Angola.

À lei magna acrescentou-se uma série de tratados e convenções assinados nos últimos anos. Contudo, a implementação desenvolve-se a dois ritmos desconcertados, delineados pelos fazedores de DH no país: Organizações da Sociedade Civil e Governo.

Os avanços são, tendencialmente mais marcantes, entre a maioria das Organizações da Sociedade Civil (OSC), com uma intervenção cada vez mais organizada, granjeando uma boa imagem, apesar dos constrangimentos políticos e financeiros, desenvolvem um trabalho notado dentro e fora de portas.

Na sua actuação, as OSC Angolanas tocam diferentes áreas, assumem projectos de apoio específicos, recolhem e tratam informação e possuem já um histórico de execução de DH, consubstanciado em pesquisas, formação, monitorização de resultados e medição de impactos sobre a população.



Gaborone, Botsuana | OSC Angolanas na Cimeira dos Defensores dos DH da SADC | ©Arquivo Mosaiko



Palácio Presidencial | Encontro da Sociedade Civil com o Pr. João Lourenço | ©DR

Direitos Humanos em convenções regionais e globais

O Governo Angolano, por sua vez, estabelece como prática de DH a assinatura de convenções regionais e internacionais e a criação de programas populares com demarcado interesse político.

- Convenção Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos;

- Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher;

- Convenção contra Tortura e outros tratamentos cruéis desumanos ou degradantes;

- Convenção sobre os Direitos da Criança;

- Convenção Internacional para Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros da sua Família;

- Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência;

- Convenção para a Protecção Contra o Desaparecimento Forçado e Involuntário;

- Tabela dos Principais Instrumentos Legais da Comissão Africana dos Direitos Humanos Assinados e Ratificados por Angola.

Os progressos ainda são pouco significativos, sobretudo se se tem em conta o volume e a qualidade do investimento público aplicado nos últimos dez anos, em áreas que não fomentaram o desenvolvimento do país.

O governo Angolano tem vindo a alargar o âmbito de participação, fazendo-se presente em encontros regionais e internacionais de DH,



mas até então, tem demonstrado grande resistência em implementar recomendações.

Ainda assim, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento considera que “Angola, tem melhorado progressivamente a sua posição, passando da categoria de baixo, para médio desenvolvimento humano. Com um valor de Índice de Desenvolvimento Humano de 0,387, em 2000, Angola alcançou um valor de 0,581, em 2017, ocupando actualmente a posição 147, tendo subido três posições quando comparado com 2015”.

É facto também que o governo Angolano tem vindo a alargar o âmbito de participação, fazendo-se, regularmente presente em encontros organizados por instituições regionais e internacionais de DH, submetendo-se à apresentação de relatórios e a prestar contas, mas até então, tem demonstrado grande resistência em implementar recomendações e dificuldades em executar uma agenda que não seja política.

A última sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos, em Outubro de 2018, Angola destacou-se pelo número

de representantes estatais, mas voltou a falhar apresentando um relatório que ficou aquém do exigido. Os comissários africanos foram ao detalhe e mais uma vez, notaram a ausência de dados concretos sobre a implementação de medidas e programas públicos e o impacto sobre a população. E entre outras observações, os comissários questionaram: Porque é que o Governo Angolano não trabalha com as OSC Angolanas que podem fornecer dados concretos?

Governo e OCS: O longo braço-de-ferro

Seguindo a linha de outros governantes, sobretudo africanos, que desconfiam, primeiro das ONG’s e por associação, dos DH, em Angola, a hostilização das OSC tornou-se oficial a partir do decreto presidencial 74/15, criado para regular as Organizações Não Governamentais, e que entretanto, foi considerado inconstitucional em Julho de 2017.

“Não há relatório sobre a situação política, económica ou social em Angola que não assinale a presença da sociedade civil”

No acórdão 447/2017 do Tribunal Constitucional, lê-se: “Depois de uma leitura atenta do diploma, conclui-se que o Estado trata de forma desconfiada as ONG’s, assumindo-as como uma espécie de contrapoder fiscalizador e delator de quaisquer práticas menos correctas, junto da comunidade internacional”.

Este mesmo documento enuncia ainda, os entraves burocráticos a que são obrigadas as ONG’s para se constituírem, submetendo as inscrições aos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores e a um instituto público, com a supervisão e coordenação do ministério da Assistência e Reinserção Social.

Em Novembro de 2018, o actual Presidente João Lourenço, anunciou a intenção de abolir o decreto 74/15 que até então, continua a regular as ONG’s.

construindo
**CONSTRUIR DIREITOS HUMANOS
 EM ANGOLA**



▼ Banjul, Gâmbia | OSC Angolanas na 63ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos DH e dos Povos | ©Arquivo Mosaiko

nal de lobby, advocacia e assistência social, fortalecendo os laços sociais essenciais para a democratização do país.

No entanto, persiste uma barreira, por hora intransponível, entre OSC e governantes. O Presidente João Lourenço recebeu alguns membros da sociedade civil no final de 2018, mas terá que fazer mais para que se estabeleça uma relação de confiança e respeito mútuos que permita a construção de instituições públicas e organizações não governamentais fortes, capazes de promover transformação e desenvolvimento social e humano. ○

Construir, facilitar e conectar

“Não há relatório (análise ou reportagem) sobre a situação política, económica ou social em Angola que não assinale a presença da sociedade civil”, referiu Nelson Pestana, cientista político e jurista.

A história da sociedade civil em Angola está também atrelada à história da luta pela independência. Para o cientista político, o surgimento de autores não estatais é antiga “a independência não é o grau zero da política em Angola, nem mesmo o nacionalismo moderno dos anos 50/60 que conduziu à luta armada de libertação nacional”.

A história antiga situa-se em meados do século XIX em que “as associações culturais e os movimentos cooperativos e mutualistas angolanos davam corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 30 e que se prolongou até ao século XX”.

Hoje, as organizações da sociedade civil angolanas, continuam firmes, obviamente com novos focos de trabalho, realçam as liberdades fundamentais, estratégias de redução da pobreza, lutam pela igualdade de oportunidades entre géneros, pelo acesso à justiça, promovem campanhas de divulgação dos DH, protecção do meio ambiente e das zonas rurais...

Além disso, contribuem para a construção de valores sociais, facilitam a conexão entre governantes e governados. Estabelecem uma relação tridimensio-

Organização da Sociedade Civil em números

Ano	OSC Nacionais	OSC Internacionais
2016	252	60
2017	309	55

Fonte: Dados do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades relatados à USAID - Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos.

Texto: *Deonilde da Graça | Mandele Rocha*



entrevista

ARNOLD TSUNGA

“Os Direitos Humanos inspiraram África para a descolonização”



Fotografia: ©Mandele Rocha

Defensor de Direitos Humanos há 17 anos, Arnold Tsunga, analisa com lisura a actualidade e o futuro dos Direitos Humanos em África.

Quando começou a trabalhar em Direitos Humanos (DH) e porquê?

Licenciei-me em Direito e comecei no sector privado em 1990, basicamente para fazer dinheiro, mas quando o sistema político zimbabueano começou a mudar para pior, um cliente meu, um agricultor branco, envolveu-se na política e alcançou um lugar num parla-

mento, maioritariamente negro, Robert Mugabe ficou furioso e mobilizou a segurança para que o capturassem e detivessem. Porque era um cliente meu, fui forçado a representá-lo e em 2002, fui sequestrado por soldados, detiveram-me por cinco horas, torturaram-me, bateram, apontaram armas, ameaçaram-me... Para mim, foi quanto bastou para deixar o sector privado e mobilizar advogados zimbabueanos

entrevista

ARNOLD TSUNGA
DEFENSOR DE DH

para defender DH. Fui o primeiro director do movimento de advogados zimbabueanos que prestou serviços de representação pro bono a pessoas cujos direitos foram suprimidos ou que a lei estava

“Fui sequestrado por soldados, detiveram-me por cinco horas, torturaram-me... Apontaram armas...”

a ser usada para prender e deter arbitrariamente. O movimento cresceu rapidamente, mas passados quatro anos, fui obrigado a deixar tudo. Voltei a ser preso, queriam deter-me por dois anos, tive que sair do país, mudei-me para o Estados Unidos e ingressei no International Commission of Jurists.

Quando regressou ao Zimbabué?

Em 2006, o meu nome constava de uma lista de pessoas que iriam ser sequestradas e assassinadas. Os serviços de inteligência ocidentais confirmaram-me que era uma ameaça real. Alguns soldados que tinham recebido a ordem, também me avisaram que seria melhor deixar o país. Saí, mas voltei em 2007, contudo, o risco continuava a ser elevado e só voltei em 2013 para participar nas eleições para ser membro do parlamento, ganhei e estive dois anos no parlamento, depois saí devido a contestações internas na oposição e ficou muito claro que estar no parlamento era uma perda de tempo.

E então resolveu focar-se nos DH?

Foi uma escolha consciente que permitiu-me seguir a minha paixão, usando as minhas capacidades e perseguir uma causa. No fundo, sinto-me com sorte, por ser pago para tal.

O que o apaixonou neste sector?

Proteger os direitos de pessoas oprimidas. Toda a minha experiência fez com que me tornasse alérgico à opressão e, a minha prática, permitiu que usasse a lei para deter a opressão. A minha esposa ficou furiosa, por ter deixado tudo sem qualquer garantia de rendimento, mas se pudermos descobrir a nossa paixão, talento, causa, aplicamo-nos de forma consistente e seremos, com certeza, capazes de encontrar sustento.

Como lida com os profissionais de DH que não partilham essa paixão?

Na verdade, essa é uma das maiores tensões que enfrento. Com o decorrer do tempo, comecei a ver que há pessoas que têm apenas a perspectiva de serem funcionários do sector, fazem-no por do dinheiro, não porque acreditam ou por paixão. São boas executoras, e tal como os mercenários, podem

“... podem vencer uma guerra por ti, mas não te defendem se aparecer alguém a oferecer um valor mais elevado pelo que fazem”

vencer uma guerra por ti, mas não te defendem se aparecer alguém a oferecer um valor mais elevado pelo que fazem.

É um problema quando temos demasiada profissionalização, este sector é movido por causas e com pessoas que acreditam que a sua causa é tão justa que estão dispostas a morrer por ela, não estão de olho no retorno, nas horas de trabalho, no sofrimento....

entrevista

ARNOLD TSUNGA
DEFENSOR DE DH

Há mais pessoas apaixonadas do que desapaixonadas neste sector?

Depende. O que tenho visto é que em países como o Zimbabué, quando o sector de DH começou a desenvolver, não tinha dinheiro, aliás era no sector privado que se fazia dinheiro. Então, as pessoas mudavam para os DH por convicção, por acreditar num certo tipo de sociedade, mas depois, com a habilidade que o governo de Mugabe teve para destruir a economia, de uma taxa de desemprego abaixo dos 10%, passou para 85 a 90%, em 2007. Nessa altura, o dinheiro que foi investido no sector dos DH, tornou-se a única fonte de emprego.

O mercado foi imediatamente inundado por pessoas altamente competentes que queriam trabalhar onde obteriam rendimento para sobreviver. A meu ver, isto afectou o trabalho das ONG's porque originou

mais conflitos e competição por recursos financeiros, mais hostilidade e uma visão mais predadora

“A sociedade civil tornou-se ... sociedade incivil...”

ra e descoordenada. Houve duplicação de esforços, ataques e lutas entre ONG's e como resultado: A sociedade civil tornou-se o problema e começamos a denominá-la como sociedade incivil...

Isto só contribuiu para descredibilizar o trabalho e os defensores...

Sim, a credibilidade e a confiança foram afectadas. Assim como, o compromisso e o distanciamento do povo, aumentou substancialmente, porque estes profissionais não estão focados nos problemas do povo, estão mais interessados em agradar os doadores e financiadores, preocupados em corresponder aos critérios e em escrever bons relatórios. Na verdade, vimos que o trabalho no terreno não mudou, mas houve melhorias consideráveis na qualidade dos relatórios e na satisfação do doador.

O que fazer para melhorar o futuro deste sector em África?

Os líderes de DH que são guiados por causas, empregam profissionais que os ajudam a ser melhores, mas precisam ter uma noção clara da intervenção desses profissionais e perceber se estão a mudar a organização para servir o doador ou se estão a tocar no sofrimento da maioria que representam. Ainda não fomos capazes fazer este balanço, é preciso atingir uma aplicação consciente da mente para admitir que agora fomos absorvidos pelos sistemas dos movimentos de DH, a um ponto que já não servimos as pessoas, mas ao sistema que se auto-reproduz.

Temos que lidar com a retórica dos nossos líderes políticos que continuamente, olham para o trabalho dos DH como uma agenda do ocidente, ao invés de olhá-la como nossa. Os DH inspiraram África para fundar uma organização de união do continente para atingir a descolonização. Depois que atingimos esse patamar em que deixámos de ser colonizados, os DH deixaram de ser importantes e passaram a pertencer ao mundo ocidental...

Se não o fizermos os DH irão morrer, há uma corrente filosófica que não crê que os DH são valores africanos. Creio que há uma grande guerra mental e ideológica a vencer para incutir DH no nosso continente e entre o nosso povo.



Já conseguiu convencer os defensores para esta mudança?

Mudar mentalidades, implica capturar um aspecto da mente humana e ser capaz de desenvolver a mesma imaginação e visão. Sem visão para a nova África... Antes da independência tinham todos um objectivo comum, era fácil tirar alguém de Angola, dar-lhe uma arma, colocá-lo no Zimbabué e dizer-lhe luta por isto! Lutava-se por algo em que se acreditava: DH, eleições livres, terras... Era fácil. Agora, falamos as mesmas coisas, mas dizem-nos: Foste enviado pelos ocidentais, és oposição...

Ter ONG's que são financiadas por ocidentais alimenta muito essa ideia, não?

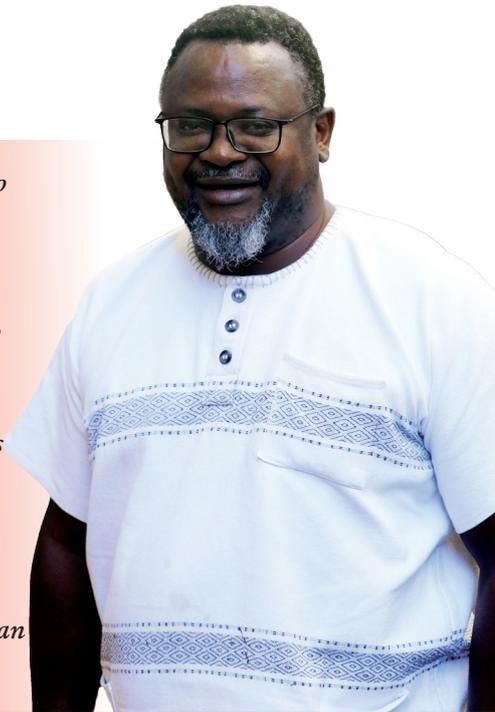
Sim, é verdade, a um ponto que se não se fizerem as coisas da maneira como querem, cortam os fundos e sem recursos, começam a vender o conhecimento e habilidades. A maioria das pessoas se tenta seguir as suas causas, provavelmente não será financiada, então convertem-se em mercenários.

“Ainda há pessoas que seguem as suas próprias ideias, porque podem sobreviver e fazer DH...”

A maioria dos defensores e líderes de causas provêm de contextos difíceis e isto fã-los, muitas vezes oscilar...

Sim, é verdade, mas a paixão não tem nada que ver com o estado de pobreza. Uma pessoa como eu, que foi espancada e torturada, pode sair dessa má experiência e defender os direitos de outros nessas con-

É director para África do ICJ, mas foi secretário executivo da Sociedade Jurídica do Zimbabué, presidente da Associação de Direitos Humanos do Zimbabué e director executivo dos Advogados de Direitos Humanos do seu país. Em 2006, foi distinguido com o Prémio Martin Ennals e homenageado pela Human Rights Watch.



dições, mas também há pessoas que passaram pelo mesmo e saíram apenas com a preocupação de resolver a sua situação.

Na África do Sul ainda há pessoas que seguem as suas próprias ideias, porque podem sobreviver e fazer DH por escolha, sentem que o fazem por paixão e, por vezes, tornam-se fortes e reforçam este idealismo. Mas em países como o Zimbabué, onde há 80, 90% de taxa de desemprego, o foco de um profissional nesta área vai ser o de fazer mais dinheiro.

Como resolver estes problemas?

É difícil, precisa de uma liderança que o faça. Não creio que seja uma ameaça existencial do movimento dos DH, mas se deixar de defender e de lidar com a base, aí perderá a sua relevância e poderá morrer. ○

Texto: *Mandele Rocha*

reflectindo

DUDH COM FORÇA DE LEI?

O enfoque de cima para baixo faz parte da lógica, sentido e estruturação internacional de Direitos Humanos que integra Convenções, Tratados, Declarações – juridicamente vinculativos ou não, com compromissos dos Estados e Governos. No plano dos Estados e Governos expressam-se em forma de Leis, Disposições, Deliberações, Decretos, políticas e programas. A nível dos Povos (cidadãos), por via de Valores, culturas, visões e necessidades próprias, não universais.

As desvantagens de tais padrões internacionais: i) estão em forma de lei formal, porém, isso exige um sistema judicial funcional e independente, e desta maneira, isto ainda está longe da realidade em muitos Estados; ii) os valores que as normas dos direitos humanos pretendem executados não são geralmente aceites pelos sistemas políticos ou culturas dominantes nos Estados ou comunidades; iii) as pessoas podem ou não saber ou podem não se rever com as formulações desses direitos e não estão, geralmente, em sintonia com o contexto ou com a interpretação de dignidade humana do contexto; iv) as normas dos direitos humanos, não correspondem geralmente

“A participação é de facto considerada um direito humano em si”

O enfoque e o sentido sobre Direitos Humanos deve ser desenvolvido de baixo para cima

com os valores locais e são definidos de uma maneira que carece de noções locais de justiça e equilíbrio. Por exemplo, os direitos são formulados de uma maneira, e de certo modo absoluta: “todos têm o direito a ...”, enquanto que os esforços de luta pela justiça social deve ser direcionada à desigualdade socio-económica substancial que é de certo modo relativa.

Vejamos o caso da participação na perspectiva dos Direitos Humanos mencionada na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento – Resolução da Assembleia Geral dos DH n° 41/128, 1986 – estabelece: a participação é de facto considerada um direito humano em si. Isso significa que toda a pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento económico, social e político no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados “vide também Direito de Participar na Efectuação dos Direitos Públicos; ICCPR, artigo 25”.

Em Angola, a questão do direito à participação, que fundamenta a democracia participativa, está consagrada na Constituição da República de Angola (CRA)



Luanda | ©<https://www.verangola.net/va/images>

no Artigo 52.º (Participação na vida pública) e define: "Todo o cidadão tem o direito de participar na vida política e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos e de ser informado sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, nos termos da Constituição e da lei. Ainda no direito de participação, há leis materiais que o concretiza, por exemplo, a Lei 15/16 de 12 de Setembro, Lei da Administração Local do Estado que institui ao nível provincial e municipal, o Conselho de Auscultação da Comunidade, o Conselho de Auscultação e Concertação Social e o Conselho de Vigilância Comunitária, além de outras como o Conselho de Concertação Social, Conselho da República e vários outros conselhos de natureza temática: Conselho Consultivo, Conselho de Acção Social, Conselho de Protecção Social.

Como é referido, a salvaguarda do direito de participação ao nível do Estado Angolano é assegurada por leis materiais e instituições a todos os níveis. Tais instituições têm identidade institucional próprias e responsabilidades e obrigações específicas, por exemplo, o direito específico de participação no município é da responsabilidade da Administração Municipal, na pessoa do Administrador Municipal. O direito à educação é da responsabilidade específica da Direcção Municipal da Educação, na pessoa do Director. Os direitos específicos à saúde, à Protecção Social de Base, à Segurança Alimentar idem. Ainda assim, estes instrumentos legais, por si só, não garantem a efectivação de tais direitos desenhados de cima para baixo.

Toda a pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento económico, social e político

Existem factores, obstáculos e constrangimento de natureza diversa que são desafios a enfrentar, por exemplo, países com cultura política que não estimula e promove a cidadania; países de níveis baixos de desenvolvimento humano; países com altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, apesar de serem detentores de potencialidades de recursos naturais; países com instituições recentes e frágeis; países mal-administrados; países em que, regra geral, os seus cidadãos não celebram o bem-estar, mas sim, a sobrevivência, etc.

Nesta perspectiva, faz sentido inverter a abordagem, o enfoque e o sentido sobre Direitos Humanos deve ser desenvolvido de baixo para cima, ou seja, ter o sentido que parte dos Povos (cidadãos) e que os seus valores, culturas, visões locais sejam a base e os pilares das leis, constituições e dos tratados e convenções internacionais. 

Texto: *Guilherme Santos*

breves

70 Anos da DUDH no Mosaiko

Este ano, o Mosaiko assinalou o 10 de Dezembro convidando mais de 90 pessoas para participar na inauguração do mural, assistir à peça teatral, actuação musical e, por fim conviver.



↳ Viana - Mosaiko | Director-geral do Mosaiko, Júlio Candeeiro e convidados na inauguração do Mural, uma obra do artista Thó Simões.

↳ Jango - Mosaiko | Peça teatral "Um Sonho", interpretado por formandos do Mosaiko.

Na plateia, a embaixadora do Reino Unido, Jessica Hand.



↳ Viana - Mosaiko | Momento musical com Ângela Ferrão. A actriz e formadora, Lígia Roque e o grupo de formandos de teatro no Mosaiko.



Fotografia: ©António Gongga

Construindo Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM
ZAP | Canal 504

Sábado
às 08H30

